

Educação e Horta Comunitária na Casa do Morador de Rua

Área Temática de Educação

Resumo

Introdução A partir deste artigo pretendemos compartilhar as reflexões suscitadas no desenvolvimento dos trabalhos no Projeto Educação e Horta Comunitária na Casa do Morador de Rua. **Objetivos** Pretendemos que o grupo de moradores que trabalha na Horta passe a constituir-se como uma comunidade. Para tanto estaremos fortalecendo o trabalho comunitário numa primeira etapa, ao mesmo tempo em que buscamos o desenvolvimento de ações cooperativas, visando a geração de renda. **Metodologia** Trabalhamos com os pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Popular, tendo como ponto de partida o saber da comunidade que unidos ao saber acadêmico origina um novo saber. Desta forma nos posicionamos na busca pela superação da atual estrutura social. **Principais Resultados** O resultado de nosso trabalho encontra-se no cruzamento da experiência em si mesma com a atividade a ser concretizada. No seu interior se encontram a criatividade e a resistência, a sobrevivência e a solidariedade, a cooperação e a participação, a pobreza e a dignidade, os problemas e a esperança. **Conclusões** Da experiência vivenciada apontamos a oportunidade de formar profissionais comprometidos com a realidade; os quais encontram nos pressupostos da Educação Popular, possibilidades para seu posicionamento político que ganha sentido e significado no trabalho.

Autoras

Márcia Aparecida Lima Vieira - Doutoranda
Alessandra Zandoná - Graduada

Instituição

Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

Palavras-chave: trabalho comunitário; moradores de rua

Introdução e objetivo

O presente trabalho advém do projeto de extensão inserido nas ações da UNIMEP- Universidade Metodista de Piracicaba, através de financiamento do FAE – Fundo de Apoio à Extensão. Através deste artigo visamos compartilhar as reflexões suscitadas nos trabalhos desenvolvidos no Projeto Educação e Horta Comunitária na Casa do Morador de Rua. Inicialmente consideramos imprescindível explicitarmos nossa concepção de Educação, a qual é um direito fundamental do ser humano, direito este que permitirá a conquista de outros direitos, pois a educação pode favorecer a percepção crítica do mundo, ao mesmo tempo em que permite ao sujeito adquirir condições de participação, assumindo sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim para nós, trabalhar com os moradores, transcende o ato educativo em si, significa posicionamento.

Nossa concepção de educação está pautada nas reflexões realizadas pelo educador Paulo Freire, na qual o autor também define o importante papel do educador, afirmando que “através do ato educativo educandos e educadores interferem no mundo” neste caso, através do trabalho desenvolvido na Casa do Morador de Rua com os Moradores, com quem convivemos, aprendemos e ensinamos. Freire afirma que ao educador comprometido cabe posicionamento na luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a

dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais (...) contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. (FREIRE: 1996, 103)

Em primeiro lugar consideramos importante ressaltar que ao nos referirmos a moradores de rua estamos nos referindo aqueles que por diversas circunstâncias encontraram-se em situação de rua. Portanto nos referimos a um determinado grupo humano que compartilha neste momento de suas vidas um espaço público na Instituição “Casa do Morador de Rua”. Portanto não são simplesmente moradores de rua, estão em situação de rua, pois chegam buscando assistência para o atendimento de necessidades básicas como alimentação e moradia, portanto trabalhamos com pessoas marginalizadas da produção e do consumo.

As atividades do Projeto “Educação e Horta Comunitária na Casa do Morador de Rua” de Piracicaba iniciaram-se em Agosto de 2003, com objetivos previstos a curto, médio e longo prazo visando resultados progressivos. Portanto, nos trabalhos que temos desenvolvido na Casa do Morador de Rua explicitamos como objetivos, problematizar as situações de opressão no intuito de atribuir ao processo educativo a dimensão política, articuladora de atividades organizativas que permitam a mobilização dos moradores favorecendo a participação consciente como sujeitos na construção histórica; desenvolver a autonomia econômica relativa, a partir da formação de micro-redes de solidariedade e circulação de informações; estudar o potencial educativo popular das cooperativas; descrever o desenvolvimento de uma ação cooperativa a partir da prática de cooperação e do processo educativo formal; analisar as contribuições da educação para o desenvolvimento das cooperativas; realizar um estudo profundo e continuado da realidade social em que se vive; ter conceitos claros a respeito da prática cooperativa frente a essa realidade social. A reestruturação dos objetivos acontece a partir da experiência na CASA, portanto nasce da concretude da prática.

Pretendemos que o grupo de trabalho da Horta passe a constituir-se como uma comunidade, a qual definimos como uma estrutura formalmente dinâmica que se auto-organiza diariamente cônica na luta pela autonomia da qual depende sua sobrevivência. Buscamos fortalecer o trabalho comunitário numa primeira etapa, ao mesmo tempo em que buscamos o desenvolvimento de ações cooperativas, o que implica a existência de membros com funções distintas, indispensáveis, tais como o estabelecimento de um sistema organizado e autônomo, um acúmulo de conhecimentos e “técnicas” que permitam a circulação e o armazenamento destes conhecimentos, visando à geração de renda.

Nosso desafio é realizar este trabalho através de métodos que permitam a recuperação da identidade, pois a tarefa desta comunidade é libertar-se, o que significa simultaneamente a explicitação das formas que os identifica e a ruptura das forças que os oprimem. As estratégias de economia popular significam um conjunto de atividades dirigidas para assegurar o desenvolvimento e o crescimento das atitudes comunitárias.

Metodologia

Na perspectiva de superação da atual situação, no que diz respeito à necessidade de organizar o espaço é mister a necessidade da utilização da capacidade de todos. Desta forma nossas ações na CASA têm-se baseado em um processo de educação/organização comunitária, a qual segundo Carneiro (1988) pressupõe três ações: o desenvolvimento de uma consciência crítica, a estimulação de comportamentos associativos e a estruturação da organização popular.

Ao adotarmos os pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Popular, nos colocamos numa perspectiva de busca pela superação da atual estrutura social, que consideramos perversa e injusta, através de processos que pressupõe uma efetiva mobilização e participação nossa e dos moradores neste processo de descobrimento, criação e recriação de conhecimentos, a partir dos conhecimentos advindos da experiência buscamos juntos

respostas para as necessidades concretas do grupo, articulando teoria e prática, favorecendo a organização entre os moradores estimulando-os à participação.

Em nossas reuniões com os moradores buscamos a construção de um espaço coletivo e auto-gestionado, com participação efetiva destes nas tomadas de decisão. Os moradores são os primeiros a serem informados de qualquer situação, pois percebemos a necessidade de se agir com muita transparência afim de não colocarmos em risco todo o trabalho de conquista da confiança exaustivamente realizado, além disso buscamos desenvolver junto aos moradores a organização e coesão do grupo através de dinâmicas, estimulando-os com vistas a uma iniciativa de produção com benefícios socioeconômicos, bem como a satisfação das necessidades básicas que orientam a produção e o consumo.

Para isso não existem respostas nem receitas. Entendemos possível o desenvolvimento comunitário que assuma a complexidade do mundo contemporâneo. Além disso, nos interessa pensar a cidadania como um processo que só pode ser legitimado pela história; que é construída com a participação real e massiva dos envolvidos.

Os desafios cotidianos, muitas vezes representam um problema para as bolsistas que atuam no Projeto levando em conta que a Educação não nos prepara para a transformação da sociedade e sim para sua ratificação. E isso não se soluciona assumindo uma militância partidária ou social, se ao mesmo tempo continuamos a reproduzir na prática o modelo relacional imposto pelo que estabelece a dominação daqueles “que não sabem” por aqueles “que sabem”.

Temos a possibilidade de reverter esta situação na atuação cotidiana com os moradores, que são pessoas vitimadas pela desumanização. Nosso desafio é fazer com que estas pessoas se reconheçam e se valorizem para serem reconhecidos e valorizados inclusive pela sociedade que os exclui.

As reuniões e atividades na horta ou para a horta são espaços permanentes de reflexão sobre o que fazer, partindo do pressuposto de que todos estamos num processo contínuo de aprendizagem, e de que o desenvolvimento de experiências como esta enriquecem a todos os que dela participam.

É preciso esclarecer que a estratégia, a programação, a metodologia, os conteúdos da Educação Popular são determinados e reavaliados a cada momento nas reuniões entre docente e bolsistas e entre bolsistas e moradores, através da Informação – Discussão – Reflexão – Decisão, tendo sempre como base na tomada de decisões, os objetivos do grupo.

Desta forma realizamos num primeiro momento contatos informais das bolsistas com o grupo de moradores na expectativa de conhecer suas histórias de vida e reconhecer o universo, a cultura, as expectativas de vida, os modos de ver o mundo dos moradores. Apenas após um trabalho inicial de apresentação para os diversos grupos da proposta de trabalho é que conseguimos iniciar as reuniões, que começaram quinzenais e se tornaram semanais. Houve dinâmicas de entrosamento, de desabafo, todas de reflexão sobre a realidade.

Seguindo o primeiro dos princípios explicitados por Rech (1991) para a organização cooperativa, nas reuniões do Projeto Horta na CASA os moradores tem livre acesso e adesão voluntária. Assim as respostas obtidas sobre as expectativas dos moradores em nossas reuniões foram as mais variadas, porém todas alinhavadas com grande coerência em torno de um núcleo central: exatamente as condições em que se está desenvolvendo a vida humana na CASA, por exemplo, intervenções concernentes à base econômica, à saúde, à vida e ao próprio futuro de cada um na CASA ou fora dela.

Para que esta aprendizagem se consolide com avanços no grupo, são mantidas em todas as nossas reuniões relações horizontais e o respeito às características individuais, às formas de expressão, às contribuições que cada integrante realiza, gerando um clima de confiança mútua para que o conhecimento seja compartilhado. Como se aprende o que é de

interesse e serve para a vida prática, partimos da realidade, do dia-a-dia, do que já conhecemos.

Refletir sobre a realidade significa buscar as causas dos problemas que enfrentamos, por exemplo, quais são as causas que dificultam a consolidação dos laços do grupo, o trabalho conjunto, a auto-gestão.

No cotidiano da prática educativa, nos deparamos com diversos desafios, alguns destes previsíveis e outros, imprevisíveis. Dentre os previsíveis temos nos deparado com a dificuldade de consolidação do grupo, que não se percebe como grupo e sim individualmente. A dificuldade tem razão de ser, pois entre os moradores, a maioria possui alguma dependência química, principalmente em relação ao álcool. Assim não é raro que um dos participantes sofra uma recaída tendo inclusive que ser internado para desintoxicação. Situação que se intensificou no período de festas de fim de ano. Nestes momentos nosso trabalho de estímulo junto aos moradores intensifica-se, pois há um desânimo generalizado e cada morador reage de uma maneira, alguns com revolta diante da “fraqueza” do outro, o que nos parece ser uma atitude de defesa diante da possibilidade da própria “fraqueza”.

Neste período de trabalhos na CASA tivemos a oportunidade de consolidar as relações horizontais durante as reuniões. Nestas temos percebido o quanto às situações cotidianas na CASA estão carregadas de contradições. De um lado a identificação dos moradores como grupo excluído, marginal na sociedade de consumo, de outro a sensação explicitada por alguns participantes durante as dinâmicas realizadas em todas as nossas reuniões de terem sido desmascarados e descobertos no que deveria ser guardado como vergonha oculta, a vergonha de não ser o mesmo que os outros, a vergonha de não ter um endereço próprio, um trabalho, uma família.

Consideramos que o caminho é longo, mas reconhecemos que trilhamos a parte mais difícil que foi a construção de uma relação de confiança dos moradores com o projeto, pois se nosso objetivo é o desenvolvimento da autonomia dos moradores e sua consolidação como comunidade (COMUM-unidade), tão importante quanto este também é o desenvolvimento coletivo da comunidade e da autonomia coletiva, a qual é resultado da participação consciente e livre de seus membros. Assim, a prática nos leva a busca constante de fundamentação teórica, a qual é capaz de nos fazer repensar ações, vislumbrar novas perspectivas de ação e agirmos de acordo com as demandas impostas na e pela prática.

Resultados e discussão

Ao trabalharmos na perspectiva da racionalidade solidária de cooperação, os pressupostos da educação popular tem uma grande contribuição na geração de processos de reflexão visando à consolidação de atitudes cooperativas e como promotora de desenvolvimento econômico alternativo.

Mesmo percebendo-se em situação marginal o grupo se organiza e responde a inúmeras ações. Assumem estratégias próprias de sobrevivência como resposta a uma não-participação na economia, estratégias de participação no estabelecimento das relações na Casa do Morador de Rua, nas quais reivindicam mesmo que ainda de forma indireta, participação nas questões sócio-econômicas que ultrapassam o cotidiano da CASA.

De acordo com Paulo Freire (1977:76), as relações sociais demonstram que o homem é conseqüência da história ao mesmo tempo em que faz história e vai se formando nesta relação dialética. Freire afirma ainda que a prática educativa acontece num mundo que tem que ser reconhecido como histórico e cultural, portanto nossas reflexões sobre o homem só podem ser feitas tendo como ponto de partida este mundo inacabado, tal qual o ser humano em formação. Demo (2001) pode complementar esta afirmação de Freire ao explicitar que toda obra do ser humano é histórica e prática, sendo prática é ideológica, pois não pratica tudo ou qualquer coisa, faz opções que são opções históricas.

Desta forma, nosso trabalho que tem como ponto de partida os eixos norteadores explicitados acima, não é um processo que busca conhecer ou contemplar a realidade de fora, mas sim, que pretende decifrar, do interior do movimento histórico, seu sentido. Para isso é necessário intervir de forma ativa e consciente na transformação desse movimento com o objetivo de fazer da atividade espontânea, uma atividade consciente guiada teoricamente por uma perspectiva estratégica, o que significa fortalecer e desenvolver as organizações populares numa perspectiva de classe, a qual manifesta-se na prática organizada, consciente.

Desta forma, a percepção da realidade, distorcida pela ideologia dominante, pode ser mudada, na medida em que, no “hoje” em que se está verificando o antagonismo entre mudança e permanência, este antagonismo começa a se fazer um desafio. Esta mudança de percepção que se dá na problematização de uma realidade conflitiva, implica um novo enfrentamento dos indivíduos com sua realidade. Implica uma “apropriação” do contexto, numa inserção nele, num já não ficar “aderido” a ele; num já não estar quase sob o tempo, mas nele. (FREIRE, 2001: 47).

Sendo assim, reconhecemos como fonte de conhecimentos e ponto de partida a prática social dos moradores de rua, o que nos remete a refletirmos sobre os elementos objetivos e subjetivos que surgem na vida cotidiana de um grupo ou segmento da sociedade: os elementos provenientes de sua prática produtiva concreta, de sua prática organizativa, do contexto econômico e social em que se desenvolvem, implica também considerar suas formas de expressão, sua linguagem, suas manifestações culturais e artísticas, seus valores e crenças. Neste sentido a teoria está em função do conhecimento científico da prática e serve como guia para a ação.

Desta forma, a prática social é para nós o critério de verdade e o fim último de todo o processo de conhecimento. Afinal a realidade com a qual trabalhamos não é homogênea nem estática está atravessada por contradições objetivas e subjetivas, contradições de classe, influências ideológicas, conhecimentos empíricos não sistematizados, dominação cultural.

A busca de um contínuo desenvolvimento das possibilidades de uma ação transformadora pressupõe um caminhar até níveis de ação coletiva e organizada, cada vez mais amplos e mobilizadores na busca por resultados efetivos relacionados aos objetivos propostos. Desta forma, percebemos a CASA como espaço rico em possibilidades, entre estas a de construção de uma identidade comum, pois são diversas as atividades educativas geradoras de sonhos e esperanças, as quais podem proporcionar uma espécie de mística que leva os moradores a vislumbrar a conquista da dignidade social. Porém sonhar com esta conquista implica o enfrentamento do temor do fracasso, das limitações, com as quais estas pessoas se defrontaram inúmeras vezes e que, de modo geral traz recordações incômodas, ainda não superadas.

Reconhecemos que atuamos com populações que vivenciam a ideologia do fracasso individual. De acordo com Forrester (1997) eles se acusam daquilo de que são vítimas, envergonham-se do desemprego como se esta condição dependesse exclusivamente deles, quando sabemos que as classes populares se caracterizam justamente por não possuir meios de produção econômica alternativos e por conseqüência disto vivem numa estrutura criada, não para elas, mas para os grupos dominantes, portanto sua ideologia está impregnada de valores e normas destes grupos, não estando em condições, portanto de opor-se aos interesses estratégicos da estrutura que os domina. Reconhecemos aí os paradoxos de uma sociedade baseada no trabalho, quer dizer, no emprego, enquanto o mercado do emprego está não só periclitando, mas até perecendo. (FORRESTER, 1997: 57).

O que não significa que estes grupos não demonstrem uma forma espontânea de reação contra a dominação. Pois por participação popular entendemos o processo de reconhecimento da própria realidade o desencadeamento de um processo de análise e reflexão sobre as condições sociais existentes, o potencial da ação coletiva para provocar mudanças, a

busca de legitimação dos direitos humanos básicos. Significa o desenvolvimento de práticas de intervenção social capazes de criar espaço para uma ação organizada e articulada. Portanto, significa adotar uma abordagem em educação fundamentada teoricamente e suficientemente capaz de alterar a postura academicista para que cada vez mais indivíduos e grupos se apossessem de conhecimentos que tornem possível a participação nos diversos processos decisórios em que estão envolvidos direta e indiretamente.

Conclusões

Mais do que formulações acabadas são pontos para motivar uma discussão em que através da sistematização de experiências concretas podemos avançar na melhoria de nossas práticas de trabalho com as classes populares.

As possibilidades de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão proporcionam, além de uma formação inserida numa realidade concreta, uma realimentação recíproca. O envolvimento dos alunos, durante sua formação com os segmentos populacionais mais excluídos e com atenção à educação voltada para a promoção humana repercute no seu comprometimento com esta população mesmo após o término deste processo de formação inicial. Portanto mais uma contradição: o fato de termos tido na Casa cinco bolsistas neste primeiro semestre de atuação, fez com que cinco estudantes do Curso de Pedagogia vivenciassem a possibilidade de ver a realidade de outra forma, pois não se passa pela Casa sem levar consigo inúmeras perguntas em relação a estrutura social injusta que possibilita a convivência de seres humanos em Instituições cuja falta de identidade é explicitada no próprio nome - Casa do Morador de Rua - incerto e contraditório.

De toda a aprendizagem vivenciada, apontamos como conclusões iniciais, a possibilidade de mobilizarmos pessoas a partir de uma proposta alternativa de desenvolvimento econômico; a oportunidade de formar profissionais comprometidos com a realidade; a Educação Popular é uma luta contínua interna entre os próprios docentes, entre docentes e discentes, e externa entre as instituições, grupos sociais, entre profissionais, exigindo, por isso, posicionamento cada vez mais claro de todos os envolvidos, e deste conjunto junto às próprias comunidades.

O resultado de nosso trabalho encontra-se no cruzamento da experiência em si mesma com a atividade a ser concretizada. No seu interior se encontram a criatividade e a resistência, a sobrevivência e a solidariedade, a cooperação e a participação, a pobreza e a dignidade, os problemas e a esperança.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, Moaci Alves. Temas de Educação Comunitária. Petrópolis, RJ Editora Vozes, 1988.
- DEMO, Pedro. Pobreza Política. 6ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo v.27, 109 p.
- FORRESTER, Viviane. O Horror Econômico. São Paulo. UNESP, 1997. 152 p.
- FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 9ª Edição. Coleção O Mundo Hoje Vol.10, 2001. 176 p.
- _____. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro. Paz e Terra, (Coleção O Mundo Hoje, vol. 24)1977. 93 p.
- _____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura) 1996. 28ª Edição, 148 p.
- REICH, Daniel. Cooperativas: Uma Onda legal. Rio de Janeiro. Coleção Socializando Conhecimentos n. ° 08, Instituto Apoio Jurídico e Popular – FASE, 1991. 87 p.